

Vai pegar fogo na floresta

CPI - Orçamento JORNAL DE BRASÍLIA 8 NOV 1993
2

IGNÁCIO DE ARAGÃO

Para extirpar a erva daninha, em vez da foice e da enxada, preferiram fazer uma queimada. Espalharam o querosene no mato seco, esqueceram de fazer os aceiros, riscaram o fósforo. O fogo pegou, foi se alastrando devagar, tomou força, subiu. Os desprevenidos batiam palmas na sua total ignorância e, quanto mais palmas batiam, mais as chamas se propagavam, aí já sendo impossível contê-las, a não ser que chamassem os bombeiros militares porque os voluntários não davam mais conta do incêndio. O povo ficou de longe, espionando entusiasmado mas desconfiado, pois o fogo é, ao mesmo tempo, belo e assustador. Agora, o dono da terra, que se mantinha distante da queimada para não pecar conta a ecologia, resolveu tomar uma atitude. Já que o fogo está incontrolável, não quer ficar fora do incêndio e vai levá-lo adiante, fazê-lo chegar até a floresta. Não sabe ele que incêndio na mata ninguém apaga, nem os bombeiros militares, o resultado será sempre cinzas, galhos retorcidos e terra arrasada.

Assim, Deus me perdoe, parece o retrato do Brasil. A CPI não ficou só nas ervas daninhas do Congresso, de folhagem já conhecida e cujos malefícios eram em geral sabidos e incrivelmente ignorados como se não soubessem. Essa negligência e omissão têm cheiro de co-responsabilidade e, na ânsia acusatória que envolveu a CPI, com certeza chegarão até ela. Há gente que não quer deixar escapar rivalidade, mesmo correndo o risco de também imolar-se. Para essa grei, o que interessa é que todos morram. São os novos kamikases.

O senador Covas, que nos passados tempos foi um feraz acusador em CPI, correndo atrás de provas até em postos de gasolina para crucificar o indiciado, agora, depois que sofreu delicada intervenção cirúrgica em São Paulo, e ter passado pelo limbo das anestésias gerais, voltou com a mente mais aberta e esclarecida e já diz que a criação da CPI do Orçamento foi um erro e a questão poderia ter sido equacionada por uma comissão de sindicância, que teria melhores condições, em prazo rápido, de apurar as irregularidades e recomendar punições aos culpados. E conclui: "Do contrário, desaguardaremos numa crise política de conseqüências

imprevisíveis, que poderia pôr em risco as instituições". Penso que o senador está chegando tarde, a água já está passando por cima do batente da represa.

Por sua vez, o eminente desembargador Antonio Carlos Amorim, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, foi mais direto ao assunto. "A CPI está sendo feita com um amadorismo incrível, pois a apuração dos fatos delituosos se faz silenciosamente. Os parlamentares são despreparados tecnicamente e estão fazendo o trabalho defronte de câmeras, jogando para a platéia, porque é hora de aparecer. Acho que devia haver mais patriotismo, mais seriedade". O desembargador concluiu afirmando "que a CPI deveria restringir-se ao que diz respeito à falta de decoro parlamentar, pois a lei diz que os parlamentares devem apurar os fatos políticos, aplicando penalidade de cassação, não podendo julgar a parte penal, que cabe à Justiça". Mas, o que a gente vê é membro da CPI ameaçando depoentes de irem para a cadeia. Está tudo errado, se sobrar alguém para julgar isso.

Para cúmulo dos pecados, vem o presidente Itamar e anuncia a sua "operação das mãos limpas". É bonito, dá Ibope, mas quando o fogo entra na mata não sai mais. Submeter todo o País, Legislativo, Executivo e Judiciário a uma investigação tipo policial, em busca dos focos de corrupção, é uma liquidação total depois do balanço. Nada sobrar. Não haverá governo, nem autoridade institucionalizada e constituída. Só a autoridade investigatória, cujo limite de atuação é imprevisível. Nem Lula nem o PT aspiravam ter tanta felicidade, o doce lhes está sendo dado na boca, com toda delicadeza.

E o Brasil, como fica? Ele está aqui de pé, ao nosso lado, aflito, levantou-se do berço esplêndido, e pergunta: E eu, meus senhores?

Seria bom que o Presidente não se deixasse embair pelos conselheiros que não têm contas a prestar à história. E chamasse o processo à ordem. Enquanto é tempo, obviamente.

■ *Ignácio de Aragão é advogado e jornalista*